DADOS DO DOCUMENTO

TÍTULO: Projeto ALTIN – Apreciação da Conjuntura Nacional – Anexo B

DATA DE PRODUÇÃO: 10 de setembro de 1974

ORIGEM DO DOCUMENTO: SNI

GRAU DE SIGILO: Secreto

NÚMERO DE PÁGINAS: 53

DESCRIÇÃO:

Anexo B - Análise sobre a abertura política.

ANEXO - B

ABERTURA POLÍTICA

ANEXO-B

ÍNDICE

ANÁLISE DA AC ..... Pg - I

APRECIAÇÃO DA AMA ..... Pg - 1

APRECIAÇÃO DA ABE ..... Pg - 2

APRECIAÇÃO DA AFZ ..... Pg - 3

APRECIAÇÃO DA ARE ..... Pg - 6

APRECIAÇÃO DA ASV ..... Pg - 8

APRECIAÇÃO DA ABH ..... Pg - 12

APRECIAÇÃO DA NAGO ..... Pg - 14

APRECIAÇÃO DA ABS ..... Pg - 15

APRECIAÇÃO DA ACG ..... Pg - 18

APRECIAÇÃO DA ARJ ..... Pg - 19

APRECIAÇÃO DA ASP ..... Pg - 32

APRECIAÇÃO DA ACT ..... Pg - 38

APRECIAÇÃO DA APA ..... Pg - 39

APRECIAÇÃO DO CENIMAR ..... Pg - 42

APRECIAÇÃO DO C I E ..... Pg - 44

APRECIAÇÃO DO C I S A ..... Pg - 46

ANEXO-C ANEXO-D

ANÁLISE DA AGÊNCIA CENTRAL

ABERTURA POLÍTICA

A classe política, de uma maneira global, vem procurando, com auxílio da imprensa, manter o tema em evidência, esforçando-se ao máximo para não deixar esmorecer o debate em torno do assunto. Assim, os arenistas de um modo geral encaram a reforma constitucional, com a incorporação do AI-5 ou simplesmente a sua abolição total, como o principal passo a ser dado para o retorno ao chamado "Estado de Direito" e, em torno deste tema, vêm procurando, através de seus principais líderes, criar um clima tal cuja solução não deixaria outra alternativa ao Governo, que não a extinção do instrumento jurídico-revolucionário. Nas hostes do MDB, onde o tema não é encarado com o mesmo otimismo que entre os arenistas, os pronunciamentos possuem um fundo mais contestatório, não somente visando à supressão do AI-5, porém o retorno às antigas prerrogativas do Congresso, considerado básico para se dar início às chamadas aberturas democráticas, em relação às quais não se definem limites.

Em Mai 74, os oposicionistas deixaram bem claro a sua posição monolítica sobre o assunto, ao divulgarem o chamado "Documento ao Rio Grande", por ocasião da Convenção do Partido no RIO GRANDE DO SUL. Neste documento, a Oposição exige simplesmente a revogação de toda a legislação revolucionária, numa posição frontalmente contrária ao Regime. Os oposicionistas diferem dos situacionistas apenas na maneira de se pronunciarem sobre assunto: enquanto estes últimos procuram contorná-lo, através de caminhos diversos, para chegar ao objetivo, os primeiros o enfrentam direta e ostensivamente.

Admite-se que toda a classe política se encontre unida em torno da meta básica a que denominou de "Abertura Política" e que, no contesto geral, parece resumir-se no retorno à situação anterior à Revolução de Março de 1964, ou a moldes políticos semelhantes.

Como principais aliados em seus propósitos, os políticos encontraram alguns setores esquerdistasdo Clero Católico, a Ordem dos Advogados e a chamada"Esquerda Festiva", onde suas reivindicações têm encontrado ressonância. Entretanto, nesta última arrancada para a abertura política, o clero esquerdista absteve-se de comentários.

No seio da opinião pública, parece que a repercussão vem obtendo o sentido inverso ao desejado pelos políticos, pois o conceito sobre o Poder Legislativo, formado ao longo dos últimos 20 anos, não é favorável

à classe. Como evidência, cita-se que, em 1972, pesquisa de opinião pública realizada em SÃO PAULO, para aferir o pensamento do eleitorado paulista sobre o Governo Federal e o prestígio das duas agremiações (ARENA e MDB), revelou que o povo acompanhava e aprovava o Executivo Federal, mas demonstrava total indiferença pelas legendas partidárias.

Hoje, a situação não se encontra diferente, uma vez que não se observa nenhuma manifestação espontânea do povo a favor dos objetivos imediatos dos políticos. Nota-se, sim, uma certa apatia da opinião pública relativamente aos chamados assuntos políticos, encontrando-se o povo em geral muito mais preocupado com os problemas que o atingem de imediato, particularmente os de natureza econômica.

O último discurso presidencial aos líderes da ARENA, a 29 Ago 74, veio dissipar dúvidas quanto à real disposição do Governo em relação às pressões políticas artificiais sobre a opinião pública.

Verifica-se que, após as palavras do Chefe do Executivo, houve sensível retraimento da classe política e de seus aliados - retraimento que se estima temporário - em torno do tema "abertura política."

* * *

AGÊNCIA MANAUS

A impressão resultante, fruto não somente dos recentes contatos feitos com o objetivo específico de executar a presente apreciação, mas também de dados coletados em outras oportunidades é a seguinte:

- da parte dos políticos da Oposição, entre eles os mais vincula - dos às esquerdas, a abertura política vem tendo boa receptividade, pois lhes permite maior liberdade na pregação de suas idéias; mesmo assim, acham eles, naturalmente, que no momento ela é apenas embrio nária, pois os políticos, em realidade, mesmo os do partido do go - verno, ainda não tiveram qualquer participação efetiva nas mesas de decisão;

- os políticos situacionistas da área em geral comungam das mesmas idéias de seus opositores, o que nas circunstâncias é natural, já que se preocupam fundamentalmente com sua própria sobrevivência política junto ao eleitorado, sendo extremamente limitada a atuação de qualquer um deles objetivando o benefício da coletividade;

- no que tange à opinião pública, inclusive entre destacados elementos da Igreja, a idéia é fundamentalmente contrária à "Abertura Política". Na área pela ineficiência dos políticos situacionistas, pelo abandono a que relegam os municípios pelos quais são eleitos, pelo alheiamento aos problemas cruciais dessas regiões, pela permanente busca de vantagens pessoais e de favorecimentos ilícitos de protegidos, baixo nível intelectual e moral de grande número dos representantes do povo, pelo comodismo enervante das bancadas majoritárias nas Assembléias Legislativas, deixando toda a iniciativa com as minorias oposicionistas, há um nítido desejo de que haja reformulações, mas não no sentido de prestigiar os atuais políticos, mas sim de forçar uma renovação nos quadros partidários, mediante uma enérgica atuação governamental contra aqueles que estão se servindo da Revolução para a consecução de seus próprios interesses;

- há, finalmente, um grupo que vê na "Abertura Política", o perigo da volta à situação de tensão social que precedeu a decretação do AI-5, bem assim que a Amazônia, pelo seu atrazo e pela peculiaridades de sua posição no BRASIL, deveria ser administrada de uma forma diferente de outras regiões mais desenvolvidas, mediante uma atuação mais direta do governo federal.

AGÊNCIA BELÉM

1) As teses defendidas a nível nacional pelo MDB (Revogação do AI-5, D.L. nº 477, Leis de Segurança Nacional e de Imprensa, remuneração de vereadores, eleição direta etc) são as mesmas propugnadas pela oposição a nível regional, com maior ênfase à eleição direta para governador. Alguns membros da oposição discordam da eleição indireta, classificando-a de "estupidez e incoerência porque ela, eleição indireta, não vai eleger coisa alguma mas tão somente nomear" (ELIAS SALAME DA SILVA, Membro do Diretório Regional do MDB-PA).

2) Referidas teses não encontram a repercussão desejada pela oposição perante a opinião pública, a qual entende que se deveria em primeiro lugar proceder um saneamento do meio político (com o expurgo do quadro político de elementos corruptos), para numa segunda etapa cogitar-se da sua abertura, no momento considerado prematura.

AGÊNCIA FORTALEZA

1) Síntese dos principais pronunciamentos verificados na Área desta AR ou que foram transcritos da Imprensa do Sul do País no mês de Agosto próximo passado.

a) "Liberdade não é parcial nem total. Existe ou não existe. No momento em que há uma restrição não se sabe onde ela termina. Só se sabe onde ela começa". (Dep PAULO BROSSARD, MDB/RS, em pronunciamento transcrito no jornal "O Estado" de FORTALEZA - 06 AGO 74).

b) "É preciso que o Governo assuma a responsabilidade de garantir a segurança para que a oposição desempenhe o seu papel ou então suprima a oposição, já que não se dispõe a assegurar-lhe a sobrevivência" (Dep Fed ALCEU COLLARES - MDB/RS, declarações transcritas em 15-08-74 no jornal "O DIA" de TERESINA/PI, quando o referido parlamentar criticava o "clima de pressões" sobre os candidatos da oposição do RIO GRANDE DO SUL).

c) "Não basta que vivamos sob a violência do AI-5. Eles precisam, mesmo quando estimulam especulações sobre distenção, que todas as instituições nacionais estejam submetidas ao arbítrio sem violência". "É preciso que todos lutem contra o arbítrio praticando a resistência democrática conforme exemplo dado, ainda agora, pela Ordem dos Advogados do Brasil rejeitando a tentativa de subordiná-la ao Ministério do Trabalho" (Transcrição do Jornal do Brasil, de 21 AGO 74, de "nota" de autoria do Dep Fed FRANCISCO PINTO - MDB/BA).

d) "Revogação total do AI-5". "Necessidade de estabelecer o legislativo como poder, pois é sub-poder". "Admitir que o Judiciário possa lançar a salva vida do Habeas-Corpus aos náufragos do mar das perseguições políticas". "A censura é incompatível com o direito de informação". "O retorno à Democracia e o voto secreto são as principais condicionan-

tes às reformas proclamadas pela Revolução". "O papel da juventude é prejudicado no processo político em face do Decreto-Lei 477" (Entrevista do Dep Fed ULISSES GUIMARÃES do MDB/SP ao jornal "O POVO" de FORTALEZA/CE no dia 25 AGO 74).

e) "O ATO é por natureza um instrumento transitório e como tal deve ser entendido e assinalado pela vida política do país. Passado a transitoriedade que o justificou deve ser eliminado para que a Constituição reencontre sua vigência na plenitude de seus princípios" (Palavras do Sen JOÃO CLEOFAS durante o debate com o Dep Fed MARCOS FREIRE em canal de TV de RECIFE/PE, trancrito dia 26 Ago 74 na imprensa de FORTALEZA/CE).

f) "A Lei de Segurança é injusta, porque viciada em suas origens, ditada nos laboratórios de um Estado de exceção, não foi votada pelo único poder competente para legislar, que é o Poder Legislativo" (Transcrição no jornal TRIBUNA DO CEARÁ, de 27 AGO 74, de discurso do Dep Fed PAES DE ANDRADE, MDB/CE, na Câmara dos Deputados).

g) A extinção do AI-5 e a incorporação dos seus dispositivos considerados necessários à Segurança Nacional foram preconizados, no RIO, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Sr FLÁVIO MARCÍLIO, durante o almoço do Clube de Repórteres Políticos, no qual proclamou a necessidade de "sairmos do primitivismo institucional", "O que é necessário é organizarmos um regime verdadeiramente constitucional para nos apresentarmos ao exterior como um membro da comunidade internacional", "Devemos pugnar a existência de uma ordem democrática constitucionalizada". "Os deveres só poderão ser cobrados assegurando-se amplo direito de defesa" (Transcrição na imprensa de FORTALEZA em 28 AGO 74).

h) Não se registraram pronunciamentos em setores da Igreja Católica a respeito do problema da "abertura política".

2) Repercussão em setores da opinião pública.

- Na Área desta AR, setores mais moderados da opinião pública sempre receberam com reservas a propalada distenção política, particularmente, pelo descrédito que desfruta a política partidária na região onde é comumente confundida com politicagem. Correntes conservadoras mais radicais chegaram a ver na medida um possível retorno ao período que antecedeu o AI-5.

- Entretanto, o tema da abertura política ou descompressão é recebido com particular agrado pela classe política em geral e pela Oposição em particular, sendo bastante explorado por jornalistas que sempre se identificaram com as correntes esquerdistas.

- O pronunciamento do Dep Fed FLÁVIO MARCÍLIO surpreendeu de certo modo os setores mais destacados da opinião pública, sendo recebido com euforia pela ala esquerdista, que interpreta a sua entrevista como um indício iminente da propalada "descompressão" já que o referido parlamentar está investido nas altas funções de Presidente da Câmara dos Deputados.

Disse que este processo de aperfeiçoamento [illegible] ver a uma reforma da Constituição, "pois não acho que a atual Carta Magna seja um modelo e, entendo até, que ela é dotada de visíveis vícios técnicos".

O deputado Célio Borja, negou que o governo estivesse / impressionado com problemas de segurança, isto porque seu slogan é "clima de desenvolvimento e um clima de segurança". Prosseguiu, afirmando que " o aperfeiçoamento político será feito de modo gradual, como é o processo revolucionário".

O Senador João Claudino de Oliveira, respondendo a pergunta de um repórter, assim se expressou, abordando a questão do AI-5: "Entre a abolição ou a incorporação do AI-5 / no corpo permanente da Constituição, me inclino por sua abolição. A própria Revolução de 1964 foi [illegible] temporário, salientou, destacando evidenciando que sua inspiração deve ter duração episódica sem preocupação de continuidade constitucional. Em outro trecho o candidato da ARENA/PE afirmou: "com a reformulação político institucional, para a qual nos dirigimos, é possível maior flexibilidade nas normas legais, no que se relaciona à legislação dos Partidos / Políticos".

A oposição, por outro lado, volta a tomar sua posição / de "esperança na rápida normalização institucional do País" com a ascenção do general Ernesto Geisel, assim como aconteceu quando da posse dos antecessores do atual Presidente da República. Tal posição, visa únicamente sensibilizar os dirigentes da Nação, para conseguir assim, atingir os fins colimados, que, no momento, não coadunam com as idéias e princípios da Revolução de 31 mar 64, embora já seja evidente o abrandamento e o contentamento de tais idéias por diversos líderes da ARENA.

AGÊNCIA SALVADOR

1) - Síntese dos principais pronunciamentos a respeito do problema, especialmente de políticos do MDB e de setores da Igreja Católica:

Os principais pronunciamentos sobre a abertura foram os seguintes:

- Em 20 Jun 74, o Deputado APRÍSIO VIEIRA LIMA, da ARENA/BA, Presidente da Assembléia Legislativa, que teve o seu nome cogitado / para Governador, Vice-Governador e Senador, pela corrente chefiada pelo Governador ACM, pronunciou discurso na Assembléia, onde defendeu "a institucionalização da Revolução, o estabelecimento de uma plena democracia, a participação da juventude na política, a reconquista das prerrogativas e da competência do Legislativo, a atuação firme das bases partidárias no processo político e a necessidade de cada um dizer o que pensa com o receio de ser / mal interpretado." (Anexos Nºs 5 e 6).

- Os políticos do MDB, na área, têm se omitido quanto ao problema da abertura política e o seu comportamento é o mesmo adotado com relação ao governo anterior: clamar por liberdade e justiça social. Os seus principais líderes, ex-Senador JOSAPÁ MARINHO, o Deputado Federal FRANCISCO PINTO, os Deputados Estaduais CLODOALDO CAMPOS e NEWTON MACEDO CAMPOS e os Vereadores de Salvador AFONSO BARBUDA e ARQUIMEDES PEREIRA FRANCO continuam a abordar os temas de revogação pura e simples do AI-5 e Decreto 477, eleições diretas, fim da censura, combate ao bi-partidarismo, aumento do custo de vida e irregularidades nas administrações estadual e municipal, de modo a configurar o regime atual como uma ditadura, que falha na distribuição de renda e sacrifica os assalariados e mais necessitados.

- Os setores conservador e "pastoralista" da Igreja Católica têm se mostrado cautelosos ante a abertura política. Tudo indica que se mantêm atentos aos fatos, em atitude de expectativa, aguardando os primeiros resultados para se pronunciarem a respeito. Até o presente momento não foram assinaladas opiniões desses setores a / respeito do problema.

- O pensamento da corrente "progressista" da área é do ceticismo quanto ao alcance e a profundidade da abertura política. A Revista "Cadernos do CEAS", que reflete a opinião desse setor do clero, sintetiza-a no editorial publicado no Nº 30 (Março-Abr), sob o título

"Governo GEISEL:Perspectivas",do seguinte modo: (Anexo Nº 7).

" - O Governo Geisel parece ter interesse em ampliar o diálogo com a "classe política",no desejo de institucionalizar melhor o regime,mas,as tentativas frustradas de CASTELO BRANCO e COSTA E SILVA,arriscando a autoridade e a saúde,bem como o êxito relativo da prudência de MÉDICI são fatos que mostram a dificuldade da tarefa a enfrentar.

- O Gen GEISEL é um homem do sistema ("modelo brasileiro") e sua ação é condicionada por ele.A constituição de sua equipe de governo,coordenada pelo Gen GOLBERY (ex-presidente da DOW CHEMICAL e teórico da"interdependência" com os EEUU),mostrou as tendências "ocidentalistas"(bi-polaridade ideológica) e "liberais"(empresa privada)do novo Presidente,reaproximando-o do "castelismo" , apesar do esforço feito para desvinculá-lo do mesmo.

- O problema não é tanto assim de perspectivas do Governo GEISEL, mas,mais precisamente,das perspectivas do modelo brasileiro.

- A opinião pública adquire consciência de que as mudanças são possíveis mas não prováveis a curto prazo.Mudanças substanciais no regime brasileiro só poderiam prover de razoes externas ao modelo, a saber:

a) - Mudanças na conjuntura internacional (como as decorrentes da crise de petróleo).

b) - Dificuldades na manutenção dos atuais níveis de crescimento, causadas pela inflação.

c) - Modificações na organização e estratégia das oposições.

Em síntese,mudanças sensíveis viriam mais da necessidade de responder a problemas e desafios colocados ao sistema,do que da decisão presidencial de reestruturá-lo,amoliando-o ou modificando a sua / base econômica e social."

O editorial dos "Cadernos do CRAB",Nº 31,(Maio-Junho) complementa e reforça os conceitos acima citados com novas idéias:(Anexo Nº8)

" - Até que ponto o brasileiro participará do debate sobre tais "reorientações" e das decisões respectivas ? Será o momento da propalada "descompressão" política,ou,melhor,econômico-política,tão esperada,nunca prometida,muito menos começada pelo / novo governo?

- Se alguma abertura se realizar, as classes beneficiárias da / "descompressão" seriam na primeira fase, os tecnocratas, as empresas privadas, evidentemente algumas faixas da "classe política", nesta ordem. Com muito maior dificuldade estender-se-á às classes assalariadas, pois isso suporia concessões que iriam além dos retoques julgados necessários e colocaria em causa o próprio "modelo", baseado em rigoroso controle de salários.
- Dificilmente as classes beneficiárias "dariam" o que os setores marginalizados e desorganizados não têm força para exigir. Ao contrário, alegando a luta contra a inflação e a crise mundial, deverão afirmar que não é o momento de reivindicações e de afrouxar os cordões de controle da política sindical ou salarial. É em fase de euforia e de inexistência ou inconsciência dos problemas, para que mudar o que está dando certo ? "

2) Repercussão da Abertura Política em setores da opinião pública em geral e, em particular, nas correntes esquerdistas:

A denominada "classe política" vem recebendo com euforia e otimismo a abertura política, como um meio de readquirir o seu antigo prestígio. O discurso do Deputado APRÍSIO VIEIRA LIMA, acima citado, foi / considerado pelos seus pares como "um ato de coragem", sendo o orador demoradamente aplaudido na Assembléia. As consultas feitas aos parlamentares, para a indicação dos Governadores da BAHIA e de SERGIPE, foram consideradas pelos políticos como uma oportunidade de diálogo / com o governo e de melhorar a sua imagem perante a opinião pública, demonstrando prestígio junto aos altos escalões. Sabendo, de antemão, da diretriz governamental de procurar o possível consenso, as diversas correntes da ARENA, até então irreconciliáveis, chegaram a um denominador comum, de modo a que as "soluções políticas" prevalecessem sobre quaisquer outras. Assim, a abertura política tem obtido a melhor repercussão no seio da ARENA, como seria de esperar. No âmbito do MDB, como referido antes, não há manifestações sobre o assunto, talvez por estratégia do partido da oposição, na área.

A imprensa da área tem tratado o assunto com muita cautela,tecendo comentários ligeiros, à margem de fatos ou declarações sobre o problema.Não foi assinalado qualquer editorial tratando especificamente da abertura política.O jornal "A Tarde",conservador,refere-se constantemente a "normalização democrática" e a necessidade das eleições diretas,embora critique com severidade os erros e os vícios da classe política,sobretudo os Vereadores de SALVADOR.A "Tribuna da Bahia",que dá ampla cobertura ao MDB e aos seus membros,demonstra ceticismo / quanto à abertura e destaca fatos que possam dificultá-la como o episódio envolvendo o Deputado FRANCISCO PINTO.O "Jornal da Bahia",empenhado em sistemática oposição ao governo estadual,insinua que a abertura pode dar margem a corrupção e irregularidades administrativas./ O "Diário de Notícias",órgão especializado,limita-se a transcrever opiniões dos jornais do Sul do País.Todos os órgãos,sem excessão,apresentam a abertura política não como fato consumado mas como um longínquo objetivo a atingir.(Anexos Nºs 9,10 e 11).

O público em geral tem demonstrado desinteresse ou indiferença / pelo problema,não tendo sido assinaladas manifestações populares.

As correntes esquerdistas,do mesmo modo que o MDB,têm evitado se manifestar sobre o problema,como se o mesmo não existisse.Nesses setores,notadamente no meio estudantil,continuam as mesmas críticas / violentas dirigidas ao governo anterior,com os erros e deficiências sendo atribuídos ao regime ou sistema,independente do governante.

No seio da Igreja Católica a repercussão é variável:Enquanto as correntes conservadoras e pastoralistas consideram a abertura positiva,como busca do diálogo e,portanto,merecedora de acatamento,os "pastoralistas",conforme se depreende dos trechos citados dos "Cadernos dos CEAS",encaram a abertura como uma manobra estratégica / do governo,para melhorar a sua imagem no exterior,mas inviável,por se chocar com as bases de sustentação do "modelo brasileiro".

AGÊNCIA BELO HORIZONTE

a. O tema "abertura política" tem sido objeto de análise em quase todos os pronunciamentos de parlamentares da oposição, nesta área. O principal apelo é a revogação do AI-5, defendida, em termos enérgicos, na Convenção do MDB, a 25 Ago 74, pelo Dep Fed JORGE FERRAZ e pelo Dep Est DALTON CANABRAVA.

b. As palavras do Dep Fed FLÁVIO MARCÍLIO, Presidente da Câmara dos Deputados, tiveram repercussão nesta área.
A imprensa veiculou o assunto dando a entender que o parlamentar defendia a revogação do AI-5 e "sua tese" logo teve o apoio dos meios oposicionistas.
No entanto, o discurso do Presidente da República, durante a recepção aos dirigentes da ARENA, a 29 Ago 74, arrefeceu o entusiasmo dos líderes que almejavam a uma abertura política imediata.
A tese da incorporação do AI-5 ao texto constitucional é também defendida por altos dirigentes arenistas, inclusive o líder do Partido na AL, Deputado BONIFÁCIO ANDRADA.
Este parlamentar declarou à imprensa, a 29 Ago 74, que é favorável "à incorporação do AI-5 à Constituição, porque nele estão contidos artigos que permitem uma abertura para a institucionalização, consentânea com o momento atual".
Já MARCOS TITO, emedebista da ala dos "autênticos", depois de ler o discurso presidencial sobre o assunto, afirmou à imprensa que "ele não aceita outra coisa senão a revogação do AI-5. Depois disto é que seria possível falar em reforma política".
De maneira geral, os emedebistas não acreditam na viabilidade de uma abertura política a curto prazo.
Estão, no entanto, orientados pelo Comando Partidário, no sentido de aproveitarem, como temas de campanhas eleitorais, a revogação do AI-5, do DL-477 e o retorno ao Estado de Direito.
No dia 19 Mar 74, por exemplo, DALTON CANABRAVA afirmou, na Tribuna da AL, que "a abertura que o Governo anunciou é a abertura de prisões, para que elas se encham de jovens idealistas".
Nos meios emedebistas, a abertura política é tema constante dos pronunciamentos.
Com o nome de "retorno ao Estado de Direito", o MDB parece só acreditar em abertura política, depois de "revogados o AI-5, o DL-477 e suprimidas as eleições indiretas e a censura à imprensa".
Pelo menos esta é a opinião de seus líderes.

c. No campo da ARENA, as lideranças mais notáveis desta área, tais como o Governador RONDON PACHECO, o candidato a Governador AURELIANO CHAVES e o ex-Vice-Governador PIO SOARES CANEDO, evitam falar sobre o assunto.

d. A tese "abertura política" tem recebido integral cobertura, por parte dos meios de comunicação desta área. Todos os pronunciamentos nesse sentido tem merecido destaque da imprensa.
As declarações de FLÁVIO MARCILIO mereceram manchetes de primeira página.
O mesmo ocorreu com as palavras atribuídas ao Senador PETRÔNIO PORTELA, com relação ao pluripartidarismo.
Nos meios esquerdistas, a questão "abertura política" não encontra receptividade, pois tais facções rejeitam a idéia de "acomodações paulatinas" e pregam uma mudança radical do regime. Como instrumentos, aceitam eventualmente teses de abertura, mas a meta é a mudança radical. Assim se expressou o Dep Fed NADIR ROSSETTI, na Convenção do MDB, quando disse que seria necessário "derrubar do poder os que os derrubaram em 1964".
Além disto, as correntes simpatizantes do esquerdismo não se afinam com o MDB, a que chamam de "oposição consentida".
Os diversos setores da Igreja Católica tratam o assunto com reservas, através de documentos pastorais.
Está bastante caracterizada a crítica desses setores à censura à imprensa.
O Dep Fed JOSÉ DE SOUZA NOBRE, Padre, vem se empenhando em conseguir o apoio da Igreja Católica para as teses emedebistas.
Todavia, suas palavras não encontram eco nos meios religiosos, onde ele é tido como político pouco escrupuloso.

NÚCLEO DA AGÊNCIA GOIÂNIA

1) O assunto não tem sensibilizado as áreas política e da Igreja Católica em GOIÁS. Consideram que não houve, até o momento, qualquer abertura política no atual Governo.
2) De um modo geral a abertura política não é tema bem visto por autoridades administrativas e elementos ligados historicamente ao ideário da Revolução de Março. Consideram que não deverá haver abertura política enquanto não houver um saneamento nos Partidos. Consideram que a ARENA, principalmente, tornou-se um refúgio de corruptos e de arrivistas, estes sem qualquer vinculação com a probidade da vida pública.
3) Elementos de correntes ligadas à ala vermelha da Igreja Católica(progressista) e esquerdistas consideram que uma "abertura política" só terá validade se iniciada com restauração do "Habeas Corpus", libertação de presos políticos, anistia, e revogação do AI nº 5.

AGÊNCIA RECIFE

1) De modo geral, quase todos políticos (quer sejam da ARENA ou do MDB), elementos candidatos e políticos seguidores do chamado corrente governista, aplaudem a abertura política. Elogiam eleições diretas e revogação do AI-5, com direito de defesa para os atingidos. Em suas declarações, dizem que a reformulação política valorizará a democracia, o Poder Legislativo e os Partidos Políticos.

No entanto, no seio do povo, o pensamento é exatamente o contrário. Comentários foram observados, todos coincidindo / que ainda é cedo para a abertura política, que embora ainda/ vedação dos Partidos Políticos extintos pela Revolução de 31 Mar 64, sendo necessário primeiro aliar essas liderenças/ antagônicas dentro da própria ARENA, pois essa situação não permite a escolha criteriosa de candidatos capazes e honestos.

2) O líder do governo na Câmara Federal, deputado Célio Borja durante sua visita ao Estado da Paraíba, no início do mês de agosto/74, em entrevista à imprensa, classificou a palavra / "descabertura" como equívoco, preferindo utilizar o termo "aperfeiçoamento", para caracterizar o esforço do governo no sentido de reformular e institucionalizar a vida política do país.

b. Abertura Política

1) Sintetizar os principais pronunciamentos a respeito do problema:

a) de políticos do MDB e outros.

(1) Com referência à abertura política, principalmente nos setores parlamentares da oposição, sobressaem alguns pronunciamentos, cuja tônica é a constante invocação da normalidade constitucional e democrática, com a cessação dos Atos Institucionais. Dentre essas manifestações salientam-se:

(a) Senador FRANCO MONTORO (MDB-SP), afirmando ser a normalidade democrática "um compromisso da Revolução e do BRASIL". Para tanto, expõe os meios pelos quais poderá se processar a normalização jurídica da vida pública nacional, Sem afetar a Segurança Nacional (ANEXO). Do mesmo Senador, noticia-se que está escrevendo um livro a que deu o título: "Da democracia que temos para a democracia que queremos" ( ).

(b) Deputado JAIRO BRUM (MDB-RS), comentando a realização do I Seminário sobre o Legislativo, o Desenvolvimento e o V Congresso da Ordem dos Advogados do Brasil, diz, entre outras coisas, o seguinte: "Causou-nos espanto, Sr Presidente, que este Seminário sobre o Legislativo e o Desenvolvimento, foi uma tentativa válida para a abertura política nacional, apresentasse tantas características fascistas, todas visando reduzir o valor do Congresso Nacional". Criticou a inge

AGÊNCIA BRASÍLIA

b. Abertura Política

1) Sintetizar os principais pronunciamentos a respeito do problema:

a) de políticos do MDB e outros.

(1) Com referência à abertura política, principalmente nos setores parlamentares da oposição, sobressaem alguns pronunciamentos, cuja tônica é a constante invocação da normalidade constitucional e democrática, com a cessação dos Atos Institucionais. Dentre essas manifestações salientam-se:

(a) Senador FRANCO MONTORO (MDB-SP), afirmando ser a normalidade democrática "um compromisso da Revolução e do BRASIL". Para tanto, expõe os meios pelos quais poderá se processar a normalização jurídica da vida pública nacional, sem afetar a Segurança Nacional (ANEXO). Do mesmo Senador, noticia-se que está escrevendo um livro a que deu o título: "Da democracia que temos para a democracia que queremos" ( ).

(b) Deputado JAIRO BRUM (MDB-RS), comentando a realização do I Seminário sobre o Legislativo, o Desenvolvimento e o V Congresso da Ordem dos Advogados do Brasil, diz, entre outras coisas, o seguinte: "Causou-nos espanto, Sr Presidente, que este Seminário sobre o Legislativo e o Desenvolvimento, foi uma tentativa válida para a abertura política nacional, apresentasse tantas características fascistas, todas visando reduzir o valor do Congresso Nacional". Criticou a inge

rência dos técnicos em problemas políticos, principalmente as manifestações do Dr ROBERTO CAMPOS sobre o Legislativo, que "perdeu uma bela oportunidade de, com o seu silêncio, prestar um serviço a todos nós, que estamos tentando para que o BRASIL retorne aos amplos e arejados caminhos da democraci."

(c) Deputado FLORIM COUTINHO (MDB/GB) que [illegible] historiar o regime instaurado pela Revolução de 31 de Março de 1964, no campo político-partidário, termina dizendo: "O ciclo de consolidação do regime já está assegurado; falecem os argumentos de transitoriedade já superados no tempo. A larga porta da história indica o caminho certo: ampla abertura democrática" (

(d) Ex-Ministro e Professor AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO que, segundo declarações prestadas à imprensa, reconhece condições para a Democracia. Defendeu, ainda, a "criação de um modelo democrático para o Brasil que admita a criação do estado de emergência, mas não afasta o Poder Público da apreciação dos atos do Poder Executivo, mesmo durante a emergência" (

b) de setores da Igreja Católica

- Não observado.

2) Apreciar a repercussão em setores:

a) da opinião pública em geral

b -

QUANTIDADE	ABERTURA POLÍTICA			
	F	NF	SO	MD
	6 Nível Univ	2 Nível Univ		1 Nível Prim
	4 " Col	1 " Col.		-
	1 " Prim	-		-
	-	-		-
	-	-		-
TOTAL	11 = 73,3%	3 = 20%		1 = 6,7%

Número de pessoas de nível universitário ....8.....
Número de pessoas de nível colegial ....5.....
Número de pessoas de nível primário ....2.....

b) na correntes esquerdistas
- Não observado.

AGÊNCIA CAMPO GRANDE

1) Os políticos do MDB mato-grossense se omitiram em pronunciamentos sobre a abertura política. Desse comportamento, podem ser extraídas as ilações seguintes:

   a) não interpretam a medida como uma "abertura completa e verdadeira", pois a consideram orientada unicamente para a ARENA;

   b) em termos de abertura ou "reabertura", a pedra angular, do ponto de vista emedebista, é a revogação do AI-5.

2) Nada a registrar quanto a pronunciamentos de setores da Igreja Católica.

3) Na opinião pública em geral não houve repercussão da nova quanto à abertura política. Pelo pouco de renovação [illegible] quadros políticos ao longo dos 10 anos do período revolucionário, a imagem dos que ocupam cargos públicos eletivos ainda permanece desgastada. Não há o interesse, que seria de se desejar, na participação do povo no processo político-eleitoral.

4) Nas correntes esquerdistas, inexpressivas em MATO GROSSO, a repercussão do assunto, se houve, não foi dada a transparecer.

AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

1) A abertura surgiu como tema de debate, nas esferas representativas da nação, depois que o General Geisel, ao assumir a Presidência da República - admitindo existir nas mãos do Executivo, uma grande soma de poderes criados por regime de exceção - deixou implícita a possibilidade da transposição, para o corpo da Constituição, da nova ordem, gerada nos dez anos de Revolução.

Isso é consequência, naturalmente, do fato de que o Governo considera os dez anos, tempo suficiente para a solidificação da filosofia revolucionária, no campo político da mesma forma que foi possível fazê-la no campo econômico.

As críticas e comentários em torno do assunto, vieram à público, partindo de membros do Congresso e de poucos editorialistas que militam na área de atuação desta Agência. Observa-se, contudo, a par da timidez dos comentários, uma alta dose de descrédito na possibilidade do Governo voltar-se para o sistema democrático representativo, abdicando principalmente de pontos considerados fundamentais, quais sejam:

a. o direito ao "habeas-corpus";
b. a suspensão da censura;
c. a liberdade sindical e o direito de greve;
d. a suspensão do DL 477 e do AI-5

É lógico que as opiniões colhidas dos meios de comunicação e nas tribunas do Congresso, não podem trazer, em verdade, o reflexo da opinião pública, que se manifesta nas esquinas, nas feiras, e em reuniões sociais, em caráter reservado aonde se observa a maior dose de descontentamento.

A opinião publicada, no que traz de reflexo popular, está consubstanciada em declarações do Senador Daniel Krieger, em impressões colhidas no Seminário sobre Legislativo e Desenvolvimento, recentemente realizado, na Coluna do Castello do Jornal do Brasil e nos editoriais de O Globo e do próprio Jornal do Brasil.

2) Síntese dos principais pronunciamentos sobre o problema:

- Diz o professor suiço Jean Ziegler (JB-GB 15/08/74) participante do Seminário sobre Legislativo e Desenvolvimento que

"não poderá haver Congresso sem liberdade sindical, sem liberdade de imprensa, sem habeas-corpus, pois como representação viva da sociedade, se torna impraticável, quando sofre limitações. Enquadrar fórmulas que transformem o Legislativo em centro de estudos políticos, não conduz a nada, pois aí teríamos liquidado com o Legislativo que se fundamenta essencialmente na representatividade popular".

Ainda nesse Seminário, o Instituto de Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, concluiu que

"há uma certa pobreza nos dados informativos dos discursos emedebistas, devido certamente à dificuldade de acesso às fontes de informação, tratada e monopolizada pelo Governo da União".

É contra isso, que se bate o editorial de O Globo (15/08/74), quando diz da

"conveniência de alargar-se a faixa de consentimento; visando o aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral".

O grande problema, entretanto, visando este aperfeiçoamento democrático revelou-se encontrar no aspecto formal, a maior dificuldade, em vista dos distúrbios que geraram o AI-5. Segundo editorial do JB-GB (20/08/74), é de uma solução delicada e difícil, pois

"uma solução duradoura não pode apoiar-se sobre instrumentos transitórios".

Neste caso, ou seja, na manutenção das medidas de exceção, elas passariam a atuar como novas fontes de tensão. Na opinião do jornalista Carlos Castello Branco (JB-GB 16/08/74):

"Ninguém ignora que o movimento de 1964 visou a pôr fim a uma insuportável tensão gerada no país pelo Governo do Sr João Goulart e seus associados de extrema esquerda. O processo que se seguiu à vitória do movimento, retomando métodos revolucionários, terminaria por se tornar ele próprio fonte de dissenções e de novas tensões que por vezes alcançariam, ao longo de 10 anos, níveis insuportáveis".

No sentido de evitar as tensões existentes, reside evidente-

mente a preocupação do Governo, que levou a debate o problema da abertura, motivando inclusive, um campo dos mais incômodos, até agora, pelas constantes manifestações desfavoráveis à Revolução: A IGREJA. Para isso, segundo Carlos Castello Branco,

> "foi solicitada à hierarquia católica mediação na solução dos conflitos que isolaram o Governo da Revolução de classes e grupos sociais, notadamente o operariado e os intelectuais, entre esses abrangidos professores e estudantes, que curtiram na luta subversiva a parte mais amarga da repressão".

Existem, contudo, opiniões contrárias a esta interpretação dada às intenções do Governo, conforme revela Alexandre Von Baumgarten (JB-GB 07/08/74):

> "A anunciada 'abertura política' que algumas áreas vem promovendo intensamente parece que, pelo menos no seu espírito, vem sendo mal interpretada. Para o Governo Federal, as aberturas que interessam no momento são outras. Há grande preocupação em disciplinar as áreas econômicas, sociais e de produção, para se chegar a um equilíbrio interno sólido".

Acrescentando o fato de que este artigo foi transcrito do "Diário de Notícias", sendo possivelmente matéria paga, deixa esta idéia bastante suspeita. Ainda mais quando acrescenta:

> "Para a área política, que continua a se lastimar de não participar das decisões governamentais, a realidade é a mesma. Espera-se que essa área inove seus hábitos e crie condições para o surgimento de novas lideranças, sem as quais ficará muito difícil alcançar a tão perseguida 'abertura' e o tão desejado 'novo modelo político brasileiro'".

A partir de janeiro deste ano, selecionamos:

- TI-GB (09/01/74) - José Sally, Dep Fed ARENA/RJ: os políticos brasileiros esperam a reabertura democrática a partir da posse do Gen Ernesto Geisel, no dia 15 de março, dependendo do comportamento das atuais lideranças as condições para a institucionalização do país;

- TI-GB (09/01/74) - o futuro Governo será, antes de tudo, o Governo do diálogo com os políticos, com os sindicatos, com os estudantes, com as profissões liberais, com a Igreja, etc.

- FL-RJ (11/01/74) e GL (12/01/74) - Amaral Peixoto, Sen MDB/RJ; a primeira preocupação do Governo Geisel deve ser a estabilidade política, oferecendo tranquilidade ao país, não pelo emprego da força, mas pela existência de instituições que assegurem a cada cidadão garantias para o dia de amanhã. A plenitude democrática beneficiará muito mais ao Governo do que à oposição.

- TI-GB (23/01/74) e DN (23/01/74) - Daniel Krieger, Sen ARENA/RJ, revelou estar confiante nas possibilidades de reabertura política durante o próximo Governo. Admitiu que muitos líderes arenistas deverão ser recrutados para colaborar ativamente com o quarto Governo da Revolução.

- JB-GB (25/01/74) - Lauro Leitão, Dep Fed ARENA/RJ, disse que a preocupação do futuro Presidente da República em harmonizar elementos técnicos e políticos em seu Ministério demonstra o interesse de favorecer um processo progressivo de conquista da plenitude democrática. Uma das preocupações do Gen Geisel será a reincorporação dos políticos ao processo e o estabelecimento de um diálogo proveitoso entre Executivo e Legislativo.

- GL-GB (01/02/74) - Walter Silva, Dep Fed MDB/RJ, lamentou "que o sistema não queira admitir, também, a participação da oposição no Gabinete que está formando, através de convites a representantes da Minoria". Acentuou que a provável inclusão no Ministério de três parlamentares, constituiria um importante passo que o futuro Governo daria no sentido da descompressão política. "A essa demonstração de confiança na classe política, seguramente saberão corresponder os indicados".

- GL-GB (02/02/74) - Danton Jobim, Sen MDB/RJ, manifestou sua confiança em que o Gen Geisel "procurará administrar com os olhos bem abertos e vai querer saber o que a imprensa diz a seu respeito". "O futuro Governador vai cuidar seriamente do problema da censura à imprensa". "Sem o pres

suposto da liberdade de imprensa todo o esforço para a normalização política será em vão". "Liberdade de imprensa é essencial para a democracia".

- GL-GB (04/02/74) - Lopo Coelho, Dep Fed ARENA/GB, manifestou a convicção de que 1974, deve se constituir em verdadeiro marco do estabelecimento de amplo diálogo do Governo com os políticos e com as forças mais representativas da sociedade. Nos políticos, particularmente, esperamos que o diálogo seja reaberto, "criando-se as condições necessárias para a definitiva institucionalização revolucionária, a médio e a longo prazo". Nomes relacionados para determinados lugares apresentam, como grande mérito a capacidade do diálogo com a alta hierarquia da Igreja e com setores representativos do meio universitário, como políticos, estudantes e trabalhadores.

- JB-GB (05/02/74) - Francisco Studart, Dep Fed MDB/GB, propôs a substituição de todos os dirigentes do MDB, inclusive de seu presidente Dep Ulisses Guimarães, pelo Dep Tancredo Neves, "como medida necessária à sustentação de um diálogo destinado a contribuir para a convalescença do poder civil e para a normalidade política do regime". Sugere "um ato de grandeza de todos os companheiros do comando partidário, a fim de que seja possível realizar o processo de substituição de nomes tendo em vista o objetivo maior, qual seja o da reabertura do diálogo que conduza o país para os caminhos da normalidade política".

- JB-GB (13/02/74) - Tancredo Neves, Dep Fed MDB/MG, afirmou que o fortalecimento do poder civil é o primeiro passo para a normalidade democrática.

- DN-GB (13/02/74) - Thales Ramalho, Dep.Fed MDB, defendeu o retorno às linhas gerais da Constituição de 1967, de inspiração castelista, particularmente no que se refere ao capítulo das garantias e direitos individuais, como ponto de partida para qualquer entendimento do MDB com a ARENA.

- JB-GB (14/02/74) - Flávio Marcílio, Dep Fed ARENA, defendeu a inclusão do AI-5 na Constituição.

- GL-GB (15/02/74) - Setores da direção da ARENA reagiram negativamente à idéia de uma composição política com a oposição em torno e a partir da Constituição de 1967, visando uma reforma das instituições atuais.

- JB-GB (17/02/74) - Danton Jobim, Sen MDB/GB, disse que o Presidente da República "partirá para uma tentativa de liberalização do regime político" o que o leva a reclamar uma "postura responsável da parte dos políticos, evitando, sobretudo, posições radicais e susceptíveis de provocar retrocessos, à revelia de todos".

- JB-GB (18/02/74) - Etelvino Lins, Dep Fed ARENA, disse que "a descompressão da política brasileira não depende apenas do Presidente eleito, Gen Ernesto Geisel. Depende da situação nacional e internacional. Depende também de todos nós, políticos, quer da ARENA, quer do MDB. Enquanto a Revolução de 64 for contestada, ostensiva e veladamente, em diretrizes que ela considera fundamentais, estará prejudicado qualquer esforço naquele sentido". "Quando os chamados autênticos aparecem na posição de contestadores do regime vigente, como aconteceu a pouco, por exemplo, no processo eleitoral, com flagrante desrespeito a uma decisão convencional, o próprio partido fica exposto pela transgressão, por seus filiados, dos rígidos princípios legais de fidelidade partidária". "Na fase de transição em que nos achamos, não há lugar para devaneios. Impõe-se o mais apurado senso de realismo, no seu aspecto pragmático. É puro sonho clamar pela simples revogação do AI-5". Defendeu a incorporação de dispositivos do AI-5 na Constituição.

- GL-GB (02/03/74) - A notícia de que o Governo Geisel se dispõe a dialogar com a oposição através de seus líderes no Congresso, dividiu as opiniões dos parlamentares do MDB. O Sen Danton Jobim, MDB/GB, comentou: "Acho perfeita essa colocação do Governo, acho muito bom que o diálogo aconteça". O Dep Aldo Fagundes, preferiu uma atitude de espera, "fora da tribuna parlamentar não compete à oposição buscar o diálogo com o Governo, qualquer proposta governamental nesse sentido terá que ser examinada caso a caso".

O Dep Fed Alencar Furtado afirmou que "acho que o General Geisel tem que sentir os anseios oposicionistas dialogando com a Nação e não estreitando diálogos de bastidores, muitas vezes nocivos aos interesses nacionais e que, quando muito, podem atender a interesses pessoais. Mesmo porque à oposição não cabe cochichar nos ouvidos do Governo".

- JB-GB (02/03/74) - O Dep Fed Ulisses Guimarães, MDB/SP, manifestou sua esperança de que o partido possa atuar, no Governo Ernesto Geisel, "em condições menos árduas". Citou, por exemplo, o problema da censura à imprensa e aos pronunciamentos dos representantes do MDB.

- JB-GB (02/03/74) - O Dep Fed João Menezes, MDB/PA, disse que "não será o partido oposicionista que terá de propor qualquer acordo, mas sim o próximo Presidente da República, que tem toda a força para isso". "De nossa parte resta continuar empunhando a bandeira do restabelecimento das franquias democráticas"

- FL-RJ (02/03/74) - Para o Dep Fed Walter Silva, a anunciada disposição do futuro Ministro da Justiça de ouvir os integrantes da oposição é um bom sintoma, mas pondera só ser possível essa audiência se feita em termos públicos. Nos bastidores não há como os oposicionistas colaborarem, pelo menos os que integram o grupo autêntico, do qual ela faz parte e disso muito se honra.

- JB-GB (03/03/74) - O Sen Amaral Paixoto, MDB/RJ, ao assumir a liderança do MDB no Senado, disse que "sabe das dificuldades que qualquer Presidente da República enfrentará para tomar o caminho da normalização democrática"."É mais fácil fechar do que abrir". Adverte que não se deve confundir "um anseio comum à maioria" de reivindicar a volta ao Estado de Direito, "a uma situação de franquias democráticas", com o falso desejo de retorno ao passado, sonhando com "a volta ao quadro que não poderá ser reeditado". Considera, por isso mesmo, que um grande passo seria dado com a devolução da primazia do Poder Judiciário sobre todos os demais poderes.
Com um Judiciário forte - acentuou - todos terão os seus direitos assegurados. Mas, como um juiz poderá conceder

um habeas-corpus contra uma autoridade se está sob a permanente ameaça de coações? Isso é o império do Ato Institucional nº 5 - A liberdade de imprensa pressupõe igualmente - disse - direitos e deveres, de modo a reprimir abusos infamantes ou leviandades irresponsáveis, como aconteceu nos países mais civilizados do mundo. Essa caminhada rumo ao estado de direito exclui "rotas estranhas e teses esdrúxulas", como a da incorporação do AI-5 à Constituição, segundo o Sr Amaral Peixoto. A incorporação equivaleria "à elaboração de uma nova Constituição, sem falar em que a convivência de uma Carta constitucional com um Ato "constitui uma aberração jurídica".

- GZ_GB (18/03/74) - O Dep Fed Lopo Coelho, ARENA/GB, disse que no Governo Geisel cresceu muito a responsabilidade da classe política, "que agora, mais do que nunca, precisa desenvolver uma atuação que lhe permita sustentar a abertura que lhe foi proporcionada". Disse mais que a participação dos políticos na elaboração de projetos preparados por equipes técnicas do Governo e a entrega à ARENA da tarefa de escolher os futuros Governadores "são fatos que demonstram nitidamente o propósito de revigorar os quadros políticos".

- JB_GB (21/03/74) - O líder do MDB no Senado, Amaral Peixoto, afirmou que o discurso do Presidente Geisel na reunião ministerial "tem diversos pontos positivos". O Dep Fed José Bonifácio, ARENA/MG, disse que o Presidente Geisel quer "promover o nosso aperfeiçoamento democrático e, para tanto, conclama desde logo, não apenas os órgãos de cúpula da Nação, mas a sua sociedade, o seu próprio povo para a grande obra que pretende realizar". O Governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães é de opinião que o Presidente Geisel deseja "o diálogo honesto e respeitoso", para que consiga o gradual, porém seguro, aperfeiçoamento democrático.

- O FLUMINENSE/NITERÓI (21/03/74) - O líder da oposição na ALERJ, Dep Cláudio Moacyr, considera de grande valor a manifestação de desejo presidencial de não aplicar os Atos Institucionais em vigor e, através de alguma fórmula,

buscar a sua extinção. Paralelamente, realça o propósito de manutenção de amplo e respeitoso diálogo, pelo qual, sempre lutaram os oposicionistas.

- JB-GB (22/03/74) - A "Coluna do Castello", sob o título "Geisel Mudou as Perspectivas", comenta que o discurso do Presidente Geisel "é o ponto de partida de uma nova etapa do processo revolucionário e nele se descreve a metodologia a seguir pela plena realização da doutrina democrática preconizada pelo Movimento de Março". Diz que "a decisão de voltar o Presidente da República a conceder entrevistas coletivas pressupõe a admissão do diálogo amplo" e que o importante é que "o Chefe do Governo preveja objetivamente um processo gradativo de realização da doutrina democrática da Revolução e, pela primeira vez, admita a futura perempção do Ato Institucional nº 5".

- JB-GB (23/03/74) - O Sen Danton Jobim, MDB/GB, disse que a visita do Ministro da Justiça à Câmara dos Deputados, "representa uma demonstração concreta de que o Presidente da República decidiu incorporar os políticos ao processo de normalização democrática, repelindo a estagnação e a rotina, que caracterizavam as relações do Executivo com o Legislativo". Disse estar convencido de que o Presidente da República "está firmemente empenhado em partir para uma política de reconciliação nacional, reincorporando todos os políticos, inclusive os da oposição, ao processo do qual se achavam marginalizados.

- DN-GB (23/03/74) - O Dep Fed Paes de Andrade, falando em nome do "Grupo Autêntico", saudou o primeiro pronunciamento do líder governista, Célio Borja, na Câmara dos Deputados, considerando fundamental o fato de o representante carioca "em nome do General Geisel, estender a mão da maioria à minoria, confessando-se livre de temores e disposto a abrir o diálogo com a oposição".
Disse estranhar, porém, a atitude dos líderes dos dois partidos que se antecipam em saudar "aberturas que ainda estão por chegar", afirmando que ainda é muito cedo para o extravasamento da euforia que aferventa a cabeça de experimentados dirigentes partidários".

- GL-GB (25/03/74) - O Sen Rui Carneiro, MDB/PB, após ter sido recebido pelo Presidente Geisel, disse estar convencido de que o Governo pretende ampliar o diálogo com o MDB, "em termos de uma confraternização maior". "Procurado e convocado pelo Governo, estou certo de que o MDB não lhe negará o seu voto de confiança, dentro do programa que o Presidente se propõe realizar" - disse Rui Carneiro

- GL-GB (07/04/74) - O Dep Lopo Coelho afirmou que "só se deve admitir a abertura política proporcionada pelo Governo Geisel como decorrência de sua compreensão e do desejo que ele tem de cumprir o que traçou e estabeleceu como medida em favor do país e nunca como um favor à própria classe política", mais adiante esclarece, "aceitar a abertura de um diálogo e a descompressão com um favor político, seria cair num paternalismo que a nada conduz". Acrescenta mais a frente que a participação de Ministros do Governo nos debates do Congresso é "um fato altamente positivo".

- GL-GB (12/04/74) - O Dep J.G. de Araujo Jorge, MDB/GB, criticou a nova lei eleitoral e afirmou que o projeto de lei proposto pelo Governo, em tramitação na Câmara "romperá definitivamente o fio de esperança do MDB e valerá como uma ducha fria no pálido entusiasmo dos que confiam em promessas de abertura ou de aperfeiçoamento da democracia no país". No final de suas declarações, afirma que o projeto fará com que "os políticos da maioria acabarão dando ao país o partido único".

- JB-GB (18/04/74) - Na Coluna do Castello, Carlos Castello Branco comenta que "não há dúvida de que o Governo Geisel desencadeou um processo de participação política nas decisões governamentais". Esclarece que os políticos e os partidos não estão ainda influindo na formulação das soluções, mas que estão sendo chamados aos debates. Salienta mais adiante que "de qualquer forma, o método em vigor, neste 4º Governo Revolucionário, traduz uma modificação de intenções e representa uma convocação experimental das instituições civis para que ocupem ordenadamente o seu lugar no processo de participação do Comando Nacional".

- JB-GB (18/04/74) - Comentando a notícia de que"Geisel afirma que receberá Ulisses com muita satisfação", o Dep José Mandelli, MDB/RS, diz que o Gen Geisel deseja que o MDB exerça plenamente o seu papel de partido de oposição, "não deixando de criticar e de apontar os erros cometidos pela administração, pois o Governo não é infalível".

- JB-GB (20/04/74) - O Dep Fernando Lima do grupo radical do MDB, afirmou que o processo instaurado contra o Dep Francisco Pinto, MDB/BA, "aprofunda o fosso entre a oposição e o Governo". Diz mais adiante que "o espectro do medo domina todos os setores da vida nacional e dificulta o caminho da normalidade política".

- FL-RJ (03/05/74) - Sob o título "Abertura está sendo tentada", esclarece que em círculos políticos fluminenses alguns fatos tem ocorrido depois da posse do General Geisel, que conduzem a convicção generalizada de que há o propósito de "gradualmente" restabelecer a plenitude democrática no país". Cita que até mesmo integrantes do MDB/RJ, manifestam esta convicção, se bem que veladamente. As razões que assim fazem pensar são entre outras as: fim da censura prévia - maior volume de críticas nos órgãos de comunicação - aceitação das emendas oferecidas pelos emedebistas a projetos governamentais - diálogo entre a oposição e o partido majoritário, em casos como da Fusão GB/RJ - participação da classe política na escolha dos futuros Governadores.

- JB-GB (16/07/74) - O Dep Dias Menezes, MDB/SP, que apresentará, após o recesso parlamentar de julho, uma emenda constitucional outorgando aos deputados federais e senadores poder constituinte para realizarem a institucionalização do modelo político brasileiro, explicou que ultrapassada a fase inicial de ajustamento às novas condições impostas pelo Movimento de 31 de Março de 1964, possa toda Nação Brasileira aguardar, em expectativa sempre crescente, a oportunidade do restabelecimento da interrompida vida democrática no país.

- JB-GB (09/08/74) - O Presidente da Câmara dos Deputados, Dep Flávio Marcílio, declarou, em SP, não acreditar em limitações das atribuições do Poder Legislativo, "pois estas, nós mesmo políticos nos impomos como uma cooperação ao rápido alcance da meta que todos visamos, que á a institucionalização definitiva do país". "Quanto mais tumultuarmos o ambiente, mais dificilmente chegaremos àquela meta" - acrescentou.

- JB-GB (13/08/74) - O Sen Amaral Peixoto, MDB/RJ, afirmou que o Presidente Geisel, "em seu esforço para reforta lecimento democrático e normalização institucional", poderia enviar ao Congresso projeto para aprovação da nova Constituição, em que fossem incluídos os instrumentos de defesa do regime. O Senador vê necessidade de uma Constituição que garanta o regime democrático, "refletindo o compromisso básico da Revolução de 1964".

- JB-GB(02/08/74) - O líder do MDB na Câmara dos Deputados, Dep Lacrte Vieira, disse que, ao contrário do que pensam os líderes e dirigentes da ARENA, "não existem, até agora, quaisquer indícios ou sinais objetivos capazes de demonstrar que o Novo Governo deseje, realmente, promover a redemocratização do país". Manifestou suas dúvidas sobre o que, ou quem, garantirá que haverá uma abertura política, lembrando que o Presidente Médici havia prometido entregar o Governo com o país em plena normalidade democrática, e nada aconteceu.

- GL-GB (07/08/74) - O ex-líder do MDB, Dep Aldo Fagundes, entende que "é perigoso continuar-se adiando o encontro do Brasil com a democracia, não havendo, assim, razão para que se aceite o atual quadro como normal, sob a alegação de que é transitório, já que ele existe no país há dez longos anos". Referindo-se a um recente documento do MDB gaúcho denominado "Dez anos depois", afirmou, com base na análise dos gaúchos, que a despeito das perspectivas iniciais, "permanece a marginalização do povo e de tudo quanto represente livre manifestação do pensamento".

- GL-GB (15/08/74) - Em editorial intitulado "Caminhada Democrática", diz que "no Congresso, na imprensa, nos se-

minários que se realizam para estudo de soluções institucionais, em tudo se percebe a cautelosa mas firma distensão política a que se propôs o General Geisel, quando assumiu a Presidência da República".

- JB-GB (16/08/74) - A Coluna do Castello, sob o título "As fontes de tensão", diz que "a principal dificuldade que encontrará o Governo para prosseguir na sua notória política de distensão é obviamente a resistência dos partidários da política de tensão, de todos quantos pretendem transformar o país num perene campo de batalha da guerra subversiva. Os sinais da determinação com que o atual Governo do General Geisel enfrenta a questão estão aí na vista de todos, exibem-se nos debates que vão alcançando a generalidade das instituições e das pessoas empenhadas por um motivo ou outro na organização da vida política do país".

- UH-GB (20/08/74) - O jornalista Oliveira Bastos, sob o título "Às vésperas de uma reforma profunda", diz que "o país está vivendo os prolegômenos de uma profunda Reforma Constitucional, destinada a dar bases políticas e institucionais definitivas à Revolução. A rigor, não existe nenhuma manifestação oficial do Governo neste sentido, mas certas peças começam a ser movimentadas com nítido sabor de expectativa reformista". Após frisar que a nossa Constituição não diz respeito à realidade do país, diz que "a segurança que temos é imposta e mantida sob pressão, e não espontânea ou solidariamente consentida. E é a segurança espontânea e consentida que caracteriza os regimes instituídos". Neste sentido - acrescenta - acho que "o Governo age com sabedoria quando não se engaja oficialmente nas sondagens, nas pesquisas e nas consultas preliminares que se estão processando".

- JB-GB (28/08/74) - O Dep Herbert Levy, ARENA/SP, que no Governo anterior manteve frequentes posições críticas com relação à política econômica então adotada, confessa-se hoje um otimista em matéria de reaberturas e acredita que o Governo do General Geisel se revela disposto a adotar o

tripé técnico-político-militar no debate e solução dos grandes problemas.

3) Repercussão em setores da OP em geral e em particular nas correntes esquerdistas

Antes mesmo da posse do General Geisel na Presidência da República, vinha tendo muito boa repercussão, na classe política em geral, e até em setores sabidamente radicais do MDB, as notícias que circulavam a respeito da probabilidade de ser feita uma abertura política, durante o seu Governo. Tal expectativa favorável, foi reforçada pela escolha de políticos para os Ministérios do Trabalho, Educação e, principalmente, pela indicação do Sr Armando Falcão para o Ministério da Justiça, bem como pela missão confiada ao Senador Petrônio Portela de coordenar a escolha dos candidatos arenistas aos Governos Estaduais. Entretando, na medida em que o assunto ganhava vulto, as reivindicações dos políticos emedebistas, mormente do denominado grupo "Autêntico", também cresciam, pedindo eles a imediata abolição do AI 5, do Decreto-Lei 477, da censura, o restabelecimento do "Habeas-Corpus", levando, em consequência, setores mais moderados a clamar por uma maior ponderação, a fim de se evitar a repetição do ocorrido em 1968. O episódio Francisco Pinto, somado à nota do Ministro da Justiça sobre o término do primeiro prazo de suspensão de direitos políticos, e ao não atendimento das reivindicações do grupo "Autêntico" acima citadas, e, mais recentemente, à notícia de estar em cogitação a implantação definitiva das eleições indiretas para os Governos Estaduais, fez regredir a expectativa de reabertura que, todavia, permanece, ainda, em setores arenistas e em uns poucos moderados do MDB, mas já não é levada a sério pelos setores radicais emedebistas, principalmente pelos "Autênticos". O início da campanha político-eleitoral deverá transformar o assunto "abertura política" em tema de campanha da esquerda, tomando aspecto de reivindicação e crítica ao regime.

AGÊNCIA SÃO PAULO

1) Principais pronunciamentos

a) No dia 16 Jun 74, numa concentração arenista realizada na cidade de BAURU, o Sr. PAULO EGYDIO MARTINS declarou:

" Está chegando o momento de se fazer de São Paulo uma potência política tão grande quanto o é no setor econômico".

b) O Professor MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, futuro vice - governador do Estado, declarou em conferência pronunciada em São José dos Campos, em 06 Jun 74, que não existe forma infalível nem modelo perfeito de democracia. Cada exemplo deve variar em função do povo, do lugar e do momento, sendo necessário, portanto, criar um modelo para cada caso.

c) O ex- deputado e ex-presidente do Banco do Brasil, NESTOR JOST, candidato ao Senado pela ARENA do Rio Grande do Sul, disse no dia 05 Jun 74, que a Revolução tem um compromisso com a institucionalização do País e que já se está caminhando para esse objetivo, por intermédio de um melhor entrosamento do Executivo com o Legislativo. Acredita ainda o candidato gaúcho que o próximo Congresso poderá participar desse processo discutindo livremente os temas de interesse nacional.

d) Ao fazer, no dia 19 Jul 74, a palestra de encerramento do seminário de Problemas Legislativos Municipais, promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal, o deputado CÉLIO BORJA afirmou que a reforma política, a ser iniciada no próximo ano, tanto poderá resultar na adoção de nova constituição ou na reforma da atual e será uma obra de paciência com o objetivo de restituir o País a um longo ciclo de estabilidade política. "Esta será a unica maneira de vivermos sob o signo da lei e de eliminarmos as restrições que pesam sobre todos.

e) O deputado HERBERT LEVY disse que o importante agora é o esquema civil marchar para preencher o vazio na área política e se a Revolução não preenchê-lo, institucionalizando-o, caberá aos contra-revolucionários esta tarefa, o que não se pode permitir. O fato é que o Presidente ERNESTO GEISEL está agindo mais do que falando, ao contrário do que vinha ocorrendo até agora.

f) O Deputado JULIANELLI, ao receber o candidato a vice-governador, na Assembléia Legislativa, pôs em destaque a satisfação dos deputados em face da disposição de PAULO EGYDIO de transformar São Paulo em potência política. Acentuou que a Assembléia tem compromissos com o povo e a Revolução, por isso que deseja contribuir para o aperfeiçoamento do processo político, dando respaldo à ação do governo revolucionário.

g) Em 30.07.74, o "Estado de São Paulo" inscriu em suas páginas a opinião de diversos oposicionistas, sem a divulgação de seus nomes, que abordaram o problema sob o seguinte ponto de vista: *"Começa a tomar vulto entre os oposicionistas de São Paulo o sentimento quase temeroso de que a acenada abertura política seja apenas uma tática eleitoral utilizada pelos detentores do poder para alcançar, pela vitória do partido governista nas próximas eleições, o consenso, que legitimaria um regime autoritário menos aberto que os anteriores. A escolha de alguns políticos para o governo dos Estados e o anúncio de que o modelo da democracia brasileira está em gestação são interpretados como frentes estratégicas de um plano eleitoral. Se houvesse realmente, da parte dos novos governantes, a intenção de caminhar para uma abertura democrática, já se teria estabelecido a linha de harmonia entre a soberania do Estado e a liberdade do cidadão. Não se poderá falar em abertura política, segundo afirmam alguns emedebistas, enquanto não estiverem plenamente garantidas as liberdades cívis, o direito de todos os homens exercerem e desenvolverem suas atividades físicas, intelectuais e morais; o direito de ir e vir, de não ser detido arbitrariamente, mas apenas de acordo com a lei; a inviolabilidade de domicílio; o direito de propriedade, de que não pode ser despojado senão por motivo de utilidade ou necessidade pública!*

O Senador FRANCO MONTORO declarou que a realização do encontro de cientistas políticos de todo o mundo no BRASIL é, por si só, um dado indicativo de clima mais propício ao debate de questões políticas e de normalização democrática. O Senador não acredita, entretanto, que o seminário recém encerrado no Rio tenha trazido algo de novo à imaginação criadora dos políticos brasileiros porque, a seu ver, o que falta é uma descompressão política, para encontrar-se a tão sonhada fórmula de manutenção de estabilidade institucional."

Para o Senador paulista, pelo MDB, a normalidade democrática é um compromisso da Revolução e do Brasil e opinou - que passados dez anos do Movimento cívico-militar, é tempo de superar o período de exceção e instaurar a normalidade constitucional.

h) Falando em convenção do MDB do Ceará, o Sr. ULISSES GUIMARÃES afirmou: *" Somos favoráveis a um poder legislativo que não seja subsidiário do superpoder que é o Executivo, em que os ministros de Estado que sonegarem informações ao Congresso sejam destituídos por crime de responsabilidade e as Comissões Parlamentares denunciem, investiguem e punam os Watergates que existem em qualquer nação; e que não ocorre no Brasil na presente conjuntura".*

i) A V Conferência Nacional da OAB, realizada no Rio de Janeiro, propugna, também, pela volta pura e simples ao estado de direito, como se pode avaliar de uma de suas conclusões, nestes termos:

" O direito à manifestação do pensamento é corolário lógico e indispensável da liberdade de pensar e essencial à defesa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. A liberdade de livremente manifestar o pensamento é uma indispensabilidade, um direito que a todos deve ser assegurado, facultando-lhes todos os meios para manifestar o pensamento e que vão desde a palavra até os mais sofisticados processos que atualmente permitem sua transmissão, a de escritos ou a de imagens. Em nenhuma hipótese o direito à manifestação do pensamento pode ser cerceado e ilegítimas são todas as medidas nesses sentidos tomadas - que, invariavelmente, destinam-se a impor determinadas idéias, proibindo o livre debate para assegurar permanência de espúrios regimes de força. Que regimes policiais militares ou os seus apologistas é que sustentam, pregam as mais variadas e arbitrárias restrições ao direito de livre manifestação do pensamento. Que o direito de livre manifestação do pensamento é liberdade fundamental em todos os Estados democraticamente organizados e só ele dignifica o homem e permite que progrida através do livre debate de todas as idéias e seus temores de quaisquer espécies de naturezas. Que o direito de livre manifestação do pensamento é a melhor forma para apurar a verdade ou inverdade do pensamento, poli-lo, dele extraindo as partes úteis que repre-

sentarão benefícios gerais e repudiando as obscurantistas ou que por qualquer processo tentem escravizar os concidadãos privando-os dos benefícios materiais ou espirituais a que tenham direito."

j) Nessa linha de pensamento cobre-se, também, o documento intitulado "Igreja e Política" elaborado pelo CNBB, segundo o qual a Igreja vem proclamando alguns direitos universais e invioláveis que devem ser defendidos, respeitados e promovidos sob qualquer regime político, entre os quais: " direito à subsistência física, aos bens de espírito, ao salário condigno, à associação, à vida política, à proteção da ordem jurídica e o de livre autodeterminação na sociedade".

k) Comentando a obra do candidato a vice-governador, que seria o teórico da nova roupagem que se deseja dar à atual constituição, o comentarista PEDRO DANTAS fez as seguintes observações, em artigo publicado pelo "Estado de São Paulo" de 24 Jul 74. *" O Professor MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO sugere uma solução em seu ensaio político intitulado " A Democracia Possível", que se pode classificar como mais uma esforçada e louvável tentativa de obter a quadratura do círculo, conciliando as duas seguintes teses:*
a) a democracia é desejável e necessária;
b) a democracia é irrealizável.
A sua "Democracia Possível" seria a impossível média de dois contrários. Sua democracia possível, parece-nos, nem é possível, nem é verdadeira democracia. É uma acomodação muito pouco prática e realista de olhos com bugalhos, que não se vê como e em que pontos viria melhorar os vícios que condena no sistema democrático tradicional."

l) A esse respeito, no dia 11 Ago 74, perante os convencionais do MDB Paulista o Sr. ORESTES QUÉRCIA proclamou:
" Assistimos hoje à ridícula campanha de preparação de um modelo político que possibilite uma democracia possível para se manter o "status quo". A democracia não é criada em laboratório, nem necessita de professores que a ensinem, mas de políticos que a pratiquem."

2. Apreciação

Exceto os pronunciamentos isolados de alguns políticos e da imprensa porta-voz dos liberais (" O Estado de São Paulo" e o "Jornal da Tarde"), o debate sobre o tema " abertura política" ficou praticamente restrito ao seminário - sobre Legislativo e Desenvolvimento, realizado no Rio de Janeiro, mas que não teve uma grande repercussão na opinião pública desta área. Além disso, a censura prévia, que se faz de forma sistemática aos órgãos de divulgação (escrita e falada), constitui-se num freio inibidor às manifestações mais intensas, tanto dos liberais como dos esquerdistas, estudantes e operários.

Nessas condições, o tema ainda não está sensibilizando a opinião pública, que se encontra mais preocupada com os problemas da crise econômica internacional, que aos poucos vai lançando os seus tentáculos por todos os rincões do "hinterland" paulista. Nessas circunstâncias, conforme assinalou ALEXANDRE VON BAUMGARTE, em artigo publicado na "Folha de São Paulo", de 08 Ago 74 - *" a anunciada " abertura política" que algumas áreas vêm promovendo intensamente parece que, pelo menos no seu espírito, vem sendo mal interpretada. Isso pode explicar o recuo que se percebe em alguns setores. Inclusive no futuro governador - de São Paulo, que anunciou bombasticamente a elaboração de um novo modelo político brasileiro, e logo a seguir se encolheu discretamente e já evita comentar o assunto."*

AGÊNCIA CURITIBA

- O ex-deputado estadual e atual Prefeito de LAGES/SC, JUAREZ ROGERIO FURTADO, em uma de suas crônicas semanais, referindo-se ao atual estágio político, afirmou que a indicação de elementos políticos, como candidatos da ARENA ao governo do Estado, reveste-se de alguns aspectos positivos, visto que nos últimos anos, consideráveis forças no poder, procuraram denegrir os políticos.
Foi o tempo em que o técnico era a solução para todos os problemas. Um caso típico foi o do Ministério da Justiça que durante anos foi chefiado por eminentes juristas. Com o atual Presidente passou às mãos de um político.
Há substancial modificação no enfoque da realidade nacional e para os políticos, essa mudança merece aplausos.
Por outro lado, o deputado estadual DEJANDIR DALPASQUALE, do MDB/SC, em recente discurso da Tribuna da AL, afirmou que o ato de lançamento de candidaturas ao Senado e Suplência / pelo MDB do RIO GRANDE DO SUL, foi uma demonstração de Civismo e bravura, de homens que no seu entender, defendem a liberdade e democracia. Acentuou que mais de duas mil pessoas participaram da concentração, inclusive o Presidente do Partido.
De modo geral, os políticos da oposição, estão eufóricos com a atual situação política e procuram orientar a sua campanha, com vistas ao pleito de 15/11/74, abordando temas / como a alta do custo de vida, o encarecimento dos demais bens de consumo obrigatório, tentando conscientizar o eleitorado, para a votação direta em todos os escalões, ao que chamam de "Democracia certa".

- Repercussão em setores da opinião pública em geral e, em particular nas correntes esquerdistas.
A abertura política, teve repercussão favorável, no meio da mocidade, notadamente em SANTA CATARINA, onde a oposição, / através da Juventude do Movimento Democrático Brasileiro, / vem desenvolvendo há bastante tempo, intensa campanha, estimulando os jovens a participarem efetivamente do movimento/ político nacional.
No que se refere às correntes esquerdistas, até agora, não foram constatadas na área, manifestações, ou pronunciamen-/ tos, que permitissem a ACT/SNI avaliar a repercussão, da abertura política, nos setores ligados a essas correntes.

AGÊNCIA PORTO ALEGRE

- O advento inicial da "abertura política" tem propiciado à oposição / os meios de que necessitava (pronunciamentos ilimitados) para um combate frontal ao governo e seu partido (ARENA), em evidente contestação, excetuando-se alguns casos, na maioria referentes à administração do Estado do RGS.

- Têm-se notabilizado na crítica e doutrinação, os seguintes órgãos do MDB:

  - IEPES - Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais que tem realizado ciclos de conferências no Estado, sendo palestrantes sociólogos e políticos com antecedentes esquerdistas.

  - "DOCUMENTO" - boletim informativo do Setor Jovem do MDB.

- Nada se nota em setores da Igreja, referente ao assunto.

- A opinião pública tem sido o repositório e conseqüentemente moldada pela verdadeira avalanche de notícias jornalísticas que se tem verificado, tanto como fruto dos próprios jornalistas, quanto na transcrição dos pronunciamentos políticos, o que se trata mais da permissividade que se atribuem políticos e imprensa na sua conceituação de "abertura política". Meias verdades, manchetes espalhafatosas, interpretações maldosas e distorcidas de declarações ou pronunciamentos de Ministros e outros homens dos governos federal e estadual, são diárias por parte de determinados órgãos de imprensa, onde se destaca a "FOLHA DA MANHÃ", órgão da Cia Jornalística Caldas Junior do sr PERSIO CALDAS, considerado o "homem todo poderoso e intocável desta República" e que no governo passado foi tão considerado e bajulado por parte de alguns Ministros (Delfim Netto, Cirne Lima, Leitão de Abreu e Pratini de Morais).

  Os oposicionistas mais arraigados não consentem que a "abertura política" seja uma concessão do Governo e sim resultante do esforço / próprio do MDB.

  A posição da Oposição/RS, face à chamada abertura política, está consubstanciada no chamado "Documento ao Rio Grande", dado a público por ocasião da convenção que o Partido realizou em MAI/74, para a escolha dos candidatos às eleições parlamentares de novembro próximo. Nele, estão traçados os princípios do partido oposicionista, seu programa doutrinário e, ainda segundo as lideranças emedebistas, a justificação de sua presença na campanha política que ora se desenrola.

  No plano político, segundo ainda o 'Documento', bater-se-á o MDB por alterações que assegurem ao BRASIL o estado de direito e a plenitude democrática, especialmente:

  a) para que todo brasileiro tenha igual direito de acesso ao trabalho, incluindo o serviço público de seu país, independentemente de atestados policiais de ideologia;

  b) para que todo brasileiro tenha direito à liberdade de pensamento e de opinião, assim como de transmiti-los pelos meios usuais de comunicação com o povo;

  c) para que nenhum brasileiro, por suposto delito de opinião, seja privado dos seus direitos políticos e para que se assegure a integridade destes aos que, por implemento de prazo, os tenham readquirido;

d) para que o instituto de "habeas-corpus", de aplicação universal e ligado profundamente à tradição do direito no BRASIL, seja restabelecido, em sua plenitude;

.....

g) para que seja conquistada a anistia, sob sua tradicional / amplitude, medida inicial da restauração da Democracia plena em nosso País;

.....

m) para que uma ampla reforma constitucional, discutida e votada pelo Congresso Nacional, enseje o retorno do País ao estado de direito, revogada a legislação revolucionária de caráter excepcional".

Liberdades públicas, aliás, juntamente com o enfoque dos problemas atuais da política econômica do Governo tem sido os principais temas abordados pelos candidatos da Oposição/RS, principalmente o sr PAULO BROSSARD, que concorre ao Senado, segundo disse em entrevista que concedeu à imprensa, para não faltar ao apelo da Oposição, no esforço que realiza para "que se volte a um estado de direito".

- Na realidade, o que se ouve no dia a dia junto a setores os mais variados é que se está entrando novamente numa fase de frouxidão e que a situação deveria ser mais controlada, evitando-se, como na época do advento do AI-5, as liberalidades nocivas ao regime e que tantos malefícios acarretam à opinião pública em geral, inclusive com imagens distorcidas no exterior. Os órgãos de segurança, particularmente os responsáveis pela fiscalização e controle dos órgãos de comunicação de massa, estão de "mãos atadas" por falta de normas, diretrizes e orientação quanto ao rumo de agirem. Até agora, só o que se ouve: "estamos aguardando ordens, normas e diretrizes por parte / do Ministério da Justiça".

No entanto, o pronunciamento claro e incisivo, do sr Presidente da República, em 29 AGO 74, foi como que "água fria na fervura". Esperar-se, no entanto, ações mais diretas e práticas, diretrizes claras e precisas, sem margem de dúvidas sobre "como atuarem" os órgãos de segurança. Caso contrário, do ponto de vista político, a "chamada abertura" representará:

- volta à atividade aberta e ampla dos elementos cassados após 31 MAR 64, eivados de revanchismos grupais e particulares;
- continuidade impune dos diversos elementos que deveriam ser isolados pela Revolução de 64;
- impunidade dos corruptos que numa época mais recente se fizeram conhecer e que a cada momento estão melhor colocados nas diversas atividades;
- possível caracterização popular de que as FFAA, num reconhecimento da impossibilidade de segurança e desenvolvimento, agora tentam se eximir, entregando o processo aos civis / (exemplo argentino).
- finalmente, volta ao passado, de que, para os políticos, / "os meios empregados justificam plenamente os fins a atingir".

- Alguns pronunciamentos de "considerados" líderes políticos:

- TARSO DUTRA, Senador pela ARENA/RS, manifestou a opinião de que a orientação seguida pelo Pres GEISEL, escolhendo políticos e parlamentares atuantes para a sucessão dos atuais governadores, "deu início ao que se convencionou chamar de abertura política gradualista do processo revolucionário". Na opinião do Senador, a reabertura consistirá numa revisão constitucional, a ser procedida por iniciativa do governo, mas através do Congresso Nacional.

- Dep Fed ULISSES GUIMARÃES, Pres do MDB Nacional, em PA/RS, em MAI/74, embora ressalvando que não houvera tempo, ainda, para avaliar o que estava realizando o atual governo, manifestou seu ceticismo quanto à esperada abertura política, diante de alguns fatos, entre os quais citou o episódio FRANCISCO PINTO e a fusão GB-ESTADO DO RIO, este último considerado pela oposição como uma "intervenção branca". Manifestou, na ocasião, que a maior crítica ao Governo do Pres MÉDICI é de natureza política, por não haver restabelecido a plenitude democrática e a volta das eleições diretas nos Estados.

- PEDRO SIMON, Dep Est e Presidente da Oposição no RS, por ocasião da concentração que, em fim de julho passado, homologou as candidaturas de PAULO BROSSARD e NEY BRITO, ao Senado, reiterou pronunciamentos anteriores, dizendo que "é hora de restituir-se ao povo o direito de livremente escolher seus prefeitos, seus Governadores e seu Presidente da República". O Dep PEDRO SIMON, como porta-voz da Oposição/RS, vinha preconizando a revogação pura e simples do AI-5 como condição para a abertura política, chegando mesmo a pretender uma anistia ampla, como forma do que chamou de pacificação da família brasileira.

- PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO, candidato do MDB/RS ao Senado, em entrevista à imprensa em PA/RS (31 MAI 74), disse que "a institucionalização virá, quer queiram, quer não queiram os governantes". Dando como exemplo o caso de PORTUGAL, "cujo regime de força, de quase cinquenta anos, caiu de uma hora para outra", afirmou que um governo de força não dura eternamente. Na oportunidade, asseverou "a necessidade de o país voltar aos critérios da normalidade pregada pela oposição".

- ALCEU COLLARES, Dep Fed MDB/RS, acredita que a reabertura política só poderá se processar a partir da extinção dos atos de exceção e a convocação de uma constituinte, "eleita pelo povo para, em seu nome, elaborar uma nova constituição onde sejam preservadas as franquias públicas e privadas, os direitos da pessoa humana, a intangibilidade do Judiciário e o pleno funcionamento do Congresso Nacional". Para o Parlamentar, "a Constituição outorgada é autoritária, tendo suprimido várias atribuições do Congresso".

- JOÃO CARLOS GASTAL, Dep Est MDB/RS, líder da bancada: "enquanto os direitos individuais estiverem ao arbítrio do Executivo, não teremos liberdade, já que o ATO INSTITUCIONAL Nº 5 pode matá-la a qualquer momento, sem nenhuma possibilidade de revivê-la".

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

1) - Sintetizar os principais pronunciamentos a respeito do problema, especialmente de políticos do MDB e de setores da Igreja Católica.

JORNAL DO BRASIL, 01.07.1974 - O Presidente Nacional do MDB, Deputado ULISSES GUIMARÃES, assim se pronunciou: "Nada correu bem durante o período de atividade parlamentar que se encerrou na semana passada..... não se confirmou a expectativa de reabertura política, ao mesmo tempo em que ocorreu a revogação da Constituição com fatos como a fusão do Estado do Rio e da Guanabara".

- JORNAL DO BRASIL, 01.07.1974 - Sob o título: " MONTORO VÊ PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS", assim se pronunciou o Senador FRANCO MONTORO, "a rebelião da juventude, especialmente universitária, é talvez o movimento mais significativo dos dias atuais, afirmou o Senador FRANCO MONTORO, analisando a perspectiva dos jovens participarem da vida política. Atualmente não estão dentro dela, mais pelo receio que possuem em não encontrarem o mínimo de condições para fazer seu aprendizado e depois iniciar uma carreira pública".

- JORNAL DO BRASIL, 05.07.1974 - "Acha o Senador MAGALHÃES PINTO que a classe política está sendo prestigiada no atual Governo, acentuando que todos os pronunciamentos do Presidente GEISEL são no sentido de prestigiar os políticos e, de modo especial, os membros do Congresso Nacional".

- JORNAL DO BRASIL, 05.07.1974 - "O Presidente do Partido oposicionista disse também que uma das crises que o País vive hoje é a da semântica. Precisamos então inventar palavras: primeiro foi a manutenção do regime democrático, depois veio a normalidade democrática, seguida da abertura política e agora o modelo político brasileiro. Aliás, todos os regimes de força tiveram os seus filósofos.

2) - Apreciar a repercussão em setores da opinião pública em geral, e em particular no seio das Forças Armadas e das correntes esquerdistas.

De um modo geral, a opinião pública é favorável às aberturas políticas, por considerar / que o trato permanentemente técnico dos pro -

blemas nacionais não tem conseguido encon - trar, nas medidas postas em prático, todas as soluções desejáveis e necessárias. Considera ela - a opinião pública - que, sem participação das mais amplas camadas no processo político, ficará prejudicada a renovação da própria classe política e, em última análise, todo o processo democrático; acompanha porém, com certo ceticismo, pronunciamentos em torno do tema, porquanto os que partem de elementos afinados com o governo, embora claros em intenções e propósitos, ainda não podem indicar ações que os confirmem e, os que partem da oposição, embora apontem questões palpáveis e lógicas, pecam nas intenções.

Podemos como alinhar como fatos e pronunciamentos que influiram e reforçaram a posição ceticista da opinião pública: A / MISSÃO PETRÔNIO PORTELA e o caso FRANCISCO PINTO

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO

(1) Abertura Política vem sendo a tônica observada nas últimas semanas, nos pronunciamentos de políticos e setores correlatos, com a consequente promoção e cobertura dos principais órgãos de imprensa do País.

(2) Observadores do atual processo político brasileiro, apontam, desde a posse do governo do Presidente GEISEL, uma série de indícios que denotam e caracterizam a idéia, de que se encontra em pleno desenvolvimento a citada abertura. Os eventos anotados, entre outros, sem idéia de prioridade ou preocupação cronológica, seriam os seguintes:

- a nomeação de vários políticos atuantes para pastas ministeriais;

- a incumbência conferida ao Senador PETRÔNIO PORTELA para proceder, junto às Seções estaduais da ARENA, o "consenso" político, desejável para a indicação dos futuros governadores;

- a indicação conseqüente de apreciável número de parlamentares para as governanças estaduais, como RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, MINAS GERAIS, PARAÍBA, MATO GROSSO, etc... ;

- os pronunciamentos do Sr. PAULO EGÍDIO - candidato ao governo de SÃO PAULO - a respeito do problema da Institucionalização do Regime;

- a não utilização do AI/5 para o caso "FRANCISCO PINTO", preferindo o governo a adoção de medidas previstas na legislação não Revolucionária para a solução do problema ;

- a divulgação da tese do professor MANUEL PAREIRA FILHO, candidato à vice-governança paulista, em que são formuladas idéias e sugestões concretas relativas à implantação de novo modelo político para o País;

- a escolha do Deputado CÉLIO BORJA, de reconhecida formação e tendência liberais, para a liderança do governo na Câmara;

- a realização do Seminário de Cientistas Políticos, em que foram debatidos os mais diferentes assuntos e abordados temas com profunda conotação e íntima ligação, com a institucionalização do Regime;

- a reunião da Ordem dos Advogados do Brasil - transcorrida num clima de ampla liberdade - em que foram discutidas e defendidas teses como anistia política, restauração do Habeas-Corpus, revogação do AI/5, etc... ;

- pronunciamentos recentes de políticos da ARENA, como MAGALHÃES PINTO, JOÃO CLEOFAS e FLÁVIO MARCÍLIO, pleiteando o primeiro o restabelecimento do Habeas-Corpus e maior liberdade para os órgãos de divulgação e os dois outros, a revogação do AI/5;

- a divulgação sistemática e repetida das teses do MDB, relativas à eliminação do AI/5, à decretação da anistia política, à revogação do decreto 477, à restauração do Habeas Corpus, liberdade sindical e eleições diretas;

- as recentes declarações do Min do TRABALHO Dep. ARNALDO PRIETO, informando que o governo não pretende intervir em sindicatos;

- a aproximação Governo - Igreja;

- o reatamento das relações diplomáticas com a CHINA, como sinal característico da descontração ideológica, que hoje inspira o 4º Governo Revolucionário, superando as opiniões das correntes mais radicais que sempre propugnaram por uma linha mais intransigente no combate à infiltração da doutrina maoísta no BRASIL.

(3) As repercussões da Abertura Política são, de um modo geral bem recebidas nos diferentes setores da opinião pública brasileira.

No seio das Forças Armadas, e em particular no Exército, há contudo, uma série de observações interessantes a registrar, tendo em vista que há preocupações quanto à rapidez e à forma em que a mesma venha a se concretizar. Os meios militares julgam que:

- há necessidade de institucionalizar o regime;

- a manutenção do AI/5, incorporado ou não à Constituição, é fator indispensável à concretização do ideário revolucionário;

- a restauração do Habeas Corpus em crimes contra a Segurança Nacional e a revogação do Decreto-Lei 477, colocariam em perigo a tranquilidade e a ordem reinantes no País;

- a liberdade de imprensa, mesmo que apresente oposição ao governo, é benéfica e necessária ao País. A contestação ao regime e campanhas de natureza ideológicas - ostensivas ou subliminares - devem ser coibidas e reprimidas, quando necessárias.

(4) Como conclusão parcial, infere-se que:

- há de fato um clima favorável à denominada "abertura política" no País;

- as repercussões são favoráveis na opinião pública em geral;

- é necessário que a "descompressão" seja gradativa, a fim de que se evite a repetição das ocorrências de 1968 e que, no futuro, possam dar lugar à instauração de um novo ATO INSTITUCIONAL;

- que a Institucionalização do Regime propicie ao Executivo os instrumentos necessários à manutenção do clima de ordem e tranquilidade, impositivos ao desenvolvimento da Nação BRASILEIRA.

b.1 - Pronunciamentos sobre o tema "abertura política"

Diversos políticos manifestaram-se através a imprensa a respeito do tema "abertura política". Com raras exceções, como, por exemplo, o Dep Fed ETELVINO LINS, pronunciaram-se pura e simplesmente favoráveis à propalada "abertura", tema que interpretaram a seu bel-prazer, porém despidos de uma lógica consubstanciada na realidade nacional.

Pela importância e realismo, transcrevemos trecho do pronunciamento do Dep Fed ETELVINO LINS, publicado no Jornal do Brasil de 18 FEV 74:

"A descompressão da política brasileira não depende apenas do presidente eleito, Gen ERNESTO GEISEL. Depende da situação nacional e internacional. Depende também de tódos nós, políticos, quer da ARENA, quer do MDB. Enquanto a Revolução de 1964 for contestada, ostensiva e veladamente, em diretrizes que ela considera fundamentais , estará prejudicado qualquer esforço naquele sentido"

- -

"Impõe-se o mais apurado senso de realismo, no seu aspecto pragmático. É puro sonho clamar pela simples revogação do AI-5".

b.2 - Apreciação sobre a "abertura política" - campo político

A "abertura política", idéia amplamente debatida pela imprensa , pelos políticos e pelo Clero, e apresentada sutilmente à opinião pública como atendendo aos desejos do próprio Presidente da República, repercutiu favoravelmente entre todos os setores simpáticos à esquerda. Os vários pronunciamentos de políticos e de religiosos,e editoriais da imprensa, tentaram levar à opinião pública a crença que o primeiro passo dessa "abertura política" teria sido o reatamento de relações diplomáticas com a República Popular da China. O segundo ato, por sua vez , teria sido a "Conferência da OAB", realizada em agosto de 1974, no Hotel Glória.

Habilmente apresentadas como reivindicações "políticas" necessárias à "descompressão" e à volta àquele "estado de direito" que deu origem ao AI-5 e ao Dec-Lei 477, as esquerdas, infiltradas em todos os ramos da atividade humana e muito especialmente, como é notório, nos meios de comunicação social, fizeram com que as palavras de ordem e os objetivos do PC se confundissem com os anseios de "abertura" dos políticos.

Estes por sua vez, motivados pela proximidade de eleições e sem ter nada a apresentar que realmente motivasse o eleitorado, apresentam-se como defensores intransigentes da "defesa dos direitos humanos", "liberdade de associação política", "volta do habeas corpus", "revogação do AI-5" e até "anistia política" e ... "defesa da Petrobrás!

Em contrapartida, nada oferecem esses políticos ao Governo, como muito bem declarou o Presidente da República em seu discurso de 29 AGO 74:

> "As modificações necessitam ser realistas e oportunas, com franquias que tenham, como contrapartida necessária, a responsabilidade efetiva."

Explica-se, facilmente, porque os políticos têm-se mostrado tão carentes, na indispensável co-participação em prol dos Objetivos Nacionais Permanentes.

Oriundos, na sua maioria, das inúmeras organizações partidárias anteriores a 1964, não se integraram, monoliticamente, nos dois partidos legais, não havendo, conseqüentemente, nem mesmo unidade ideológica.

Sobressai, no seio desses dois partidos, pluralidade de interesses subalternos de promoção pessoal, e mesmo luta intestina pela repartição do bolo eleitoral. No afã de assegurarem-se do apoio de variados grupos quase sempre comprometidos com reivindicações secundárias, dedicam suas atividades à promoção de causas inferiores e divorciadas das metas governamentais.

Guardam, com arraigado despudor, vícios que o ideal democrático da Revolução de 1964 notoriamente condenou, fazendo, por exemplo, do tráfico de influência ou da submissão cética, tônica do comportamento cotidiano.

Falta-lhes, sobretudo, legislar um autêntico auto-código de ética parlamentar, caminho e guia do qual não se deveriam desviar.

O problema é, pois, fundamentalmente, de formação, de origem, de berço político. A maioria embalou-se desde cedo no jogo do oportunismo, do "coronelismo", da cessão pusilânime da consciência a quem mais vantagens oferecia.

Dir-se-ia mesmo, que cresceram convivendo com a subalternidade alienada a propósitos quase sempre condenáveis nas suas origens e nos seus fins.

Na sua essência e intenção, não fazemos eco ao pronunciamento do Vereador AFONSO BARBUDA (JEA/SV, de 21 AGO 74), abaixo transcrito, porém vale a pena reproduzí-lo:

> "Tudo isso está ocorrendo face a existência de dois únicos partidos políticos, que nem partidos políticos podem ser denominados, pois não passam de um aglomerado de pessoas que não se encontram em seus devidos lugares, já que entraram pelas duas portas que se abriram na hora do temporal de 1964."

b.3 - Apreciação sobre a repercussão da abertura política no seio das esquerdas

Embora seja prematura qualquer apreciação sobre o tema, observou-se a apropriação da idéia por setores ponderáveis do PC, sendo exemplo do que afirmamos, a recente "Conferência da OAB". A curto prazo, entretanto, tão logo cheguem aos OI documentos das organizações de esquerda abordando o assunto, teremos meios de analisar a repercussão da "abertura política" no seu seio.

b.4 - Apreciação sobre a repercussão da abertura política no seio da Oficialidade da FAB

A repercussão traduziu-se em apreensão, preocupação.

Sentiu-se a possibilidade dos acontecimentos evoluirem geometricamente, como ocorreu em 1968, obrigando o Governo a fortalecer-se com o instrumento Revolucionário consubstanciado no AI-5.

Esta repercussão foi colhida, devido a carência de tempo, de forma restrita.

b.5 - CONCLUSÃO / ESTIMATIVA

A "abertura política" do modo como vem sendo, unilateralmente, consumada pelos políticos, constitui sério risco à manutenção da ordem interna.

Em decorrência do discurso presidencial do dia 28 de agosto, é possível que suceda um período de semi- retraimento, porém se o Governo não se utilizar das medidas excepcionais de que dispõe, antepondo às pressões, "contra pressões de igual ou maior intensidade", como advertiu, cairá no descrédito e proporcionará o recrudescimento da contestação generalizada ao regime, que ficará mais fortalecida pela certeza da impunidade.